

Nota de Abertura

Para um laboratório português de Arqueociências

Nos últimos 20 anos têm ocorrido em Portugal descobertas arqueológicas de grande relevância. Tais descobertas, embora potenciando importantes contributos para um enriquecido Património Cultural, têm feito realçar o enorme atraso estrutural do nosso País em termos de Ciências exactas e naturais, auxiliares da Arqueologia.

O património arqueológico constitui-se como um acervo de materiais, cuja descrição requer as técnicas e linguagens das ciências exactas e naturais (constituição, origem, cronologia, tecnologia de fabrico, uso). Este Património é o ponto de partida para o estudo sobre os antigos territórios e sua ecologia, os recursos explorados, a sua funcionalidade económica e estruturação.

Esta mais-valia (informação) de natureza “arqueambiental” tem sido esquecida e destruída sistematicamente no país, razão pela qual o nosso Património, apesar de único e insubstituível, se encontra profundamente desvalorizado face ao panorama europeu e americano.

É, assim, indispensável e urgente obter o reconhecimento e a vontade política de colmatar esta grande insuficiência da Arqueologia — no próprio âmago da “*identificação e inventariação do património*” — sendo patente a falta de uma instituição directamente vocacionada para a investigação laboratorial em arqueologia (nos domínios das ciências naturais), no âmbito da administração central.

Por outro lado, e simultaneamente através de uma colaboração estreita, iniciada em 1982 entre o Departamento de Arqueologia do então IPPC/IPPAR e o Departamento de Química do antigo Instituto de Ciências e Engenharias Nucleares (antigo LNETI e agora ITN – Instituto Tecnológico e Nuclear) foi possível criar aí uma unidade de datação pelo radiocarbono (^{14}C) financiado em grande parte pela então Secretaria de Estado da Cultura. Apesar da instabilidade e das alterações orgânicas que tem havido ao longo dos anos nas instituições envolvidas, já foram obtidas, até agora, mais de 1000 datações pelo radiocarbono sobre materiais diversos: madeiras, carvões, ossos, conchas, turfas, sedimentos, etc., fruto dessa colaboração contínua e regular.

No âmbito do processo da anunciada fusão do IPA com o IPPAR, torna-se assim urgente aproveitar a reestruturação em curso dos serviços que gerem o Património Cultural arqueológico para qualificar a Arqueologia, enquadrando esta valência no quadro jurídico a criar.

Situação actual deste programa

As iniciativas para a criação de um Laboratório de Arqueociências em Portugal remontam à década de oitenta (*vide* Introdução). O processo de institucionalização do então designado CIPA — Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências — foi iniciado em 1999, com o apoio do então Titular da Pasta da Cultura (Manuel Maria Carrilho — o que veio a ser reiterado pelo seu sucessor Augusto Santos

Silva) e do anterior Ministro da Ciência, Mariano Gago, a quem foram entregues pela Direcção do IPA à época, sucessivos memorandos, sempre acolhidos por palavras de apreço e encorajamento. Foi então elaborado para o IPA um Regulamento de Bolsas de Investigação Científica (aprovado a 26/03/01 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia), de acordo com o Decreto-Lei nº 123/99 de 20 de Abril, visando permitir o recrutamento e reforço da equipa desse Centro de Investigação em fase de instalação. Neste sentido, foi proposta já em 2000, uma primeira alteração da Lei Orgânica do IPA, a que se seguiu, no 2º semestre de 2001, uma outra proposta de alteração orgânica ao Quadro do Instituto com vista à institucionalização deste Centro, não tendo, contudo, sido possível a sua aprovação durante a legislatura anterior, por razões ligadas com a demissão do Governo, em 19 de Novembro de 2001.

Na sequência de um longo e consistente processo de desenvolvimento e apetrechamento, sob tutela do MC, e de um bem sucedido concurso alargado de recrutamento nacional e internacional de cientistas, o laboratório de investigação apresenta-se hoje como uma unidade de investigação de maturidade técnico-científica reconhecida, bem apetrechada, e alargada operacionalidade. Diga-se, assim, que falta apenas a sua consagração numa lei orgânica. Dispõe de oito investigadores doutorados, dois doutorandos (um mestre e um licenciado), e seis técnicos (dois licenciados e quatro bacharéis ou equiparados). Faz-se notar que se trata de um grupo de especialistas em Arqueologia Ambiental, com uma vasta experiência na aplicação de técnicas e linguagens das ciências naturais ao património arqueológico.

Até Maio de 2002 altura em que entrou em função a actual Direcção do IPA, para além de um programa de apetrechamento, instalação laboratorial, constituição de vastas colecções de referências únicas no País, foram já estabelecidos 89 projectos de cooperação com a comunidade arqueológica nacional; foi assegurada a participação científica em 11 programas de investigação nacional e internacional; foi editada uma série de relatórios – “Trabalhos do Cipa” (49 volumes). Foram ainda realizadas várias acções de formação e divulgação com efeito multiplicador evidente. Nesta fase experimental foi ainda criado um logótipo para ajudar a identificar uma imagem dos laboratórios.

As disciplinas cobertas são: **Arqueozoologia** (mamíferos, aves, peixes, anfíbios e répteis); **Arqueobotânica** (palinologia, carpologia, antracologia, anatomia de madeiras, paleoecologia vegetal); **Geoarqueologia** (sedimentologia, geomorfologia, pedologia, micromorfologia); **Paleobiologia Humana** (evolução humana, osteobiografia, arqueologia funerária); e **Paleotecnologia** lítica (estudos de proveniência de matérias primas e das cadeias operatórias).

Um programa do PIDDAC, formalmente aceite pela Tutela e por despacho de 14/Abril/2000 da Senhora Ministra do Planeamento, à época, tem suportado o financiamento de bolsas e de contratos de avença e a aquisição do equipamento laboratorial e informático do Laboratório.

O Laboratório tem efectuado inúmeras prestações de serviço, o que tem gerado receitas que permitem assegurar uma boa parte das despesas correntes do seu funcionamento.

O recrutamento do pessoal tem seguido as regras previstas na mobilidade de funcionários na Administração Pública, concursos públicos e convite no caso de duas bolsas de cientista convidado.

O projecto PIDDAC em 2003, tem uma dotação anual de 299 279 € e as receitas obtidas por prestações de serviços ascendem a uma média anual de 64 800 € — verbas que permitiram equipar o laboratório e constituir o seu fundo de maneio. O encargo com os bolseiros corresponde a 51% da dotação existente.

A confirmar o êxito deste laboratório, em fase experimental, têm chegado ao IPA, dos mais prestigiados laboratórios de investigação nacionais e estrangeiros, mensagens de soli-

riedade e de apoio à sua institucionalização. Recorde-se que são várias as Universidades, Câmaras Municipais, Empresas de Arqueologia e arqueólogos que recorrem aos serviços do Laboratório.

Os projectos aceites no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) são alvo de um concurso anual de colaboração gratuita.

Um laboratório em Arqueologia Ambiental é uma necessidade premente da Arqueologia em Portugal.

A inexistência de tal laboratório de investigação tem uma explicação e essa é reflexo do atraso do nosso País, das repetidas alterações nas políticas do Património, das indecisões e da morosidade dos procedimentos administrativos inerentes à sua criação.

O conjunto dos investigadores e de técnicos que trabalham no IPA em Paleoeologia Humana e Arqueociências, a sua reconhecida experiência técnico-científica, o apetrechamento laboratorial acumulado, e as importantes colecções de referência já constituídas, são no seu conjunto uma mais valia do País, da Arqueologia, da Ciência Portuguesa, e do Ministério da Cultura (MC).

O processo de criação destes laboratórios de Arqueologia Ambiental sob a tutela do MC dura há mais de 20 anos. Julgamos ter chegado o momento certo, para a sua consagração formal, no quadro da reestruturação em curso da Arqueologia Portuguesa.

Actualmente já existem os recursos humanos, financeiros e materiais (instalações, equipamentos e colecções comparativas) para uma unidade laboratorial de excelência. Importa apenas resolver um problema jurídico e garantir, para o futuro, o plano anual de actividades. Salienta-se ainda que existem compromissos assumidos no início do corrente ano com várias instituições e Arqueólogos que importa ter em conta no contexto actual. Tais compromissos envolvem projectos com Universidades e a preparação de teses de licenciatura em História (Variante de Arqueologia), mestrados e doutoramentos.

Uma das missões do laboratório de arqueologia seria a de dar continuidade e potenciar novos protocolos com outros laboratórios de investigação e instituições do ensino superior em colaboração estreita com a pesquisa que aí é desenvolvida e que tenham interesse, disponibilidade e recursos para se associarem à investigação em Arqueociências.

Falta apenas uma tomada de decisão superior face ao reconhecimento da urgência e oportunidade da institucionalização deste Laboratório de Arqueociências como instrumento central de salvaguarda do património.

Esta publicação é um repositório e apresentação pública de uma forma organizada do planeamento, esforço humano e financeiro que tem sido realizado há 23 anos no âmbito dos organismos que têm coordenado a Arqueologia Portuguesa e que nos últimos anos permitiu avanços significativos.

A ser bem entendida pelo Governo esta necessidade que os arqueólogos sentem como uma prioridade, poderá ser que, em breve, possamos dispor de um Laboratório Português de Arqueociências para bem do Património Cultural e da Arqueologia enquanto disciplina científica.

Lisboa, Agosto de 2003

FERNANDO REAL
Director do IPA